

STJ00113750

ORGANIZADORES

MARCO FÉLIX JOBIM
RAFAEL CASELLI PEREIRA

**FUNDAMENTOS OBJETIVOS
E O NOVO PROCESSO CIVIL
BRASILEIRO**

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora
Thoth. Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth **Revisão:**

os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me.
Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio
Júnior

• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur

Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão

• Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia

R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago
Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fundamentos Objetivos e o Novo
Processo Civil Brasileiro. Organizadores:
Marco Félix Jobim, Rafael Caselli Pereira.
– Londrina, PR: Thoth, 2021.

560 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-099-5

1. Direito Processual Civil. 2. CPC/2015. I.
Jobim, Marco Félix. II. Pereira, Rafael
Caselli.

CDD 341.46

Índices para catálogo

sistemático 1. Direito Processual

Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total
desta obra sem autorização. A violação dos
Direitos Autorais é crime estabelecido 112
Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são
reservados pela Editora Thoth. A
Editora Thoth não se responsabiliza
pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	17
PREFÁCIO	21
CAPÍTULO 1	
Antônio Pereira Gaio Júnior	
Alexandre de Serpa Pinto Fairbanks	
MEDIDAS DE EXECUÇÃO INDIRETA: PARÂMETROS PARA A SUA APLICABILIDADE E A BUSCA PELA SATISFAÇÃO ESPECÍFICA DO DIREITO	35
Introdução - Processo e efetividade. bases para a sua consolidação	36
1 Tutela específica no quadro da satisfação dos direitos.....	39
2 Medidas de execução indireta. considerações, predicados e objetivos.....	41
2.1 Medidas de execução indireta e seus contornos judiciais pós CPC/2015.....	46
2.2 Parâmetros para a aplicabilidade de medidas executivas atípicas	48
Conclusão	62
Referências Bibliográficas	62
CAPÍTULO 2	
Artur Carpes	
CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ADMISSIBILIDADE DA PROVA: UM PASSO DECISIVO PARA A EFICIÊNCIA PROCESSUAL.....	67
Introdução	67
1 Admissibilidade da prova e eficiência processual.....	68
2 A importância dos critérios objetivos	70
3 Critérios objetivos da admissibilidade da prova.....	71
3.1 Relevância	71
3.1.1 Pertinência do enunciado fático ao mérito	73
3.1.2 Idoneidade epistêmica inerente ao meio de prova	75
3.2 Eficiência	77

3.3 Regras de exclusão	79
Conclusão	
Referências Bibliográficas.....	

CAPÍTULO 3

Beclaute Oliveira Silva

REGRA DO ART. 489, § 3º, DO CPC, COMO CRITÉRIO DE OBJETIVAÇÃO

DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL.....	87
Introdução	87
1 Elementos da decisão judicial e seu elo com a efetivação.....	88
1.1 Decisão judicial como texto complexo	88
1.1.1 Relatório.....	89
1.1.2 Fundamentação e sua relação com o cumprimento da decisão judicial.....	91
1.1.3 Dispositivo e sua relação com o cumprimento.....	93
2 Objeto do ART. 489, § 3º, do CPC.....	94
3 Decisão judicial como veículo introdutor de normas.....	95
4 Destinatários diretos do ART. 489, § 3º, do CPC e o cumprimento de decisão judicial.....	96
4.1 Os sujeitos parciais do processo.....	96
4.2 O Magistrado.....	97
Conclusão	98
Referências Bibliográficas.....	99

CAPÍTULO 4

Bruno Augusto Sampaio Fuga

CRITÉRIOS PARA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES: A BUSCA DE CRITÉRIOS NÃO SUBJETIVOS PARA SUPERAR PRECEDENTES.....

Introdução	101
1 Premissas iniciais necessárias. tensão necessária entre seguir precedentes e a necessária via da superação	103
2 A positivação da possibilidade de superação de entendimento no ordenamento jurídico e no Código de Processo Civil de 2015.....	105
3 A superação do entendimento no <i>Common Law</i> . Breves considerações.....	107
4 A busca pela objetividade.....	112
4.1 Critérios para superação do entendimento no ordenamento jurídico brasileiro	112
4.2 Superação deve ser explícita.....	113
4.3 Recomendável decisão de alerta (sinalização)	116
4.4 Necessidade de analisar eventual modulação dos efeitos	117
4.5 Incentivo para ressalva de entendimento (<i>Disapprove Precedent</i>).....	118

4.6 A importância da escolha do caso piloto.....	119
4.7 Possível engessamento do direito e possibilidade de criar via recursal para expor argumentos. Plena participação do advogado.....	120
Conclusão	124
Referências Bibliográficas.....	125

CAPÍTULO 5

Carolina Moraes Migliavacca

REQUISITOS OBJETIVOS PARA A INTERVENÇÃO DO *AMICUS CURIAE*

Introdução	133
1 Requisitos objetivos para a intervenção pelo art. 138, CPC: definidos a partir do objeto do processo ou do objeto do debate?	134
1.1. Relevância da matéria.....	137
1.2 Especificidade do tema objeto da demanda	140
1.3 Repercussão social da controvérsia	143
Conclusão	146
Referências Bibliográficas	147

CAPÍTULO 6

Daniel Colnago Rodrigues

Leticia Achilles Shigematsu

CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA FORMAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO POLO PASSIVO NAS AÇÕES DE ALIMENTOS

Introdução: Noções gerais sobre os alimentos.....	149
1 O procedimento da ação de alimentos	153
2 Os critérios objetivos para a adequada formação do polo passivo na ação de alimentos.....	155
2.1 Sujeitos da obrigação alimentar	155
2.2 Grau mais próximo ou ordem de preferência	157
2.3 Em busca de critérios objetivos para a integração do codevedor de alimentos.....	158
2.4 A questão dos alimentos <i>avoengos</i>	162
Conclusão	165
Referências Bibliográficas.....	166

CAPÍTULO 7

Darci Guimarães Ribeiro

CRITÉRIOS OBJETIVOS DO ATUAL SISTEMA DE NULIDADES NO CPC/15

CPC/15	169
--------------	-----

Introdução	169
1 Princípios relativos às formas processuais	171
1.1 Princípio da instrumentalidade das formas	171
1.2 Princípio da conservação dos atos	172
1.3 Princípio Pas de Nulitté Sans Grief	172
2 A sanção processual e as invalidades	173
3 O sistema do CPC de 2015	173
4 Classificação das invalidades processuais	175
4.1 Invalidade cominada e não cominada	175
4.2 Espécies de vícios dos atos processuais	175
4.2.1 Ato inexistente	177
4.2.2 Invalidade absoluta	178
4.2.3 Invalidade relativa	179
4.2.4 Anulabilidade	181
4.2.5 Irregularidades	182
5 Classificação com base em princípios processuais constitucionais	182
Conclusão	183
Referências Bibliográficas	184

CAPÍTULO 8

Flávia Pereira Hill

DESJUDICIALIZAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA ALÉM DOS TRIBUNAIS: OS QUATRO PONTOS CARDEAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL EXTRAJUDICIAL

187

Introdução

187

1 Do “acesso ao Judiciário” no século XX ao “acesso à justiça” no século XXI.
Justiça Multiportas: realidade ou miragem?

188

2 A desjudicialização

191

3 O novo conceito de jurisdição na contemporaneidade

194

4 Devido processo legal extrajudicial: os quatro pontos cardeais para a sua
configuração

198

 4.2 Publicidade

204

 4.3 Previsibilidade do procedimento

205

 4.4 Contraditório

207

Conclusão

209

Referências Bibliográficas

211

CAPÍTULO 9

Gilberto Gomes Bruschi

OS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A PERFEITA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

CABÍVEIS QUANDO TAIS CRITÉRIOS NÃO FOREM SEGUIDOS CORRETAMENTE	215
Introdução	215
1 Os critérios objetivos para a fundamentação das decisões judiciais.....	216
1.1 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida	217
1.2 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	217
1.3 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	218
1.4 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	218
1.5 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos	222
1.6 Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.....	223
2 Os embargos de declaração por omissão em virtude da ausência de fundamentação.....	223
3 A análise do defeito de fundamentação diante de um caso concreto	227
Conclusão	230
Referências Bibliográficas.....	231

CAPÍTULO 10

Gustavo Osna

A “VULNERABILIDADE” E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS – UMA BREVE NOTA OBJETIVA	233
Introdução	233
1 Negócios processuais e “vulnerabilidade” – Objetivando o art. 190/CPC..	234
1.1 Os negócios processuais em perspectiva	234
1.2 Os Negócios Processuais e o Código de Processo Civil de 2015	238
1.3 A previsibilidade e os negócios: uma breve nota sobre a “vulnerabilidade”	241
Referências Bibliográficas	244

CAPÍTULO 11**José Henrique Mouta Araújo****COISA JULGADA SOBRE AS DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO E A NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS**

INTERPRETATIVOS OBJETIVOS	247
Introdução	247
.1 Os pronunciamentos de mérito no CPC/15	248
2 A coisa julgada parcial e seus reflexos no cumprimento de sentença e rescisória: critérios objetivos para o enfrentamento de suas consequências..	252
Conclusão.....	258
Referências Bibliográficas.....	258

CAPÍTULO 12**José Roberto Mello Porto****REQUISITOS OBJETIVOS PARA A TUTELA PROVISÓRIA NOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS.....****261**

Introdução	261
1 Requisitos	262
2 Meios de prova	263
3 Momentos de concessão	264
3.1 Liminar	264
3.1.1 Restrição contra a Fazenda Pública	265
3.2 Audiência de justificação	266
4 Caução.....	270
5 Recorribilidade.....	272
Conclusão	274
Referências Bibliográficas.....	275

CAPÍTULO 13**Leonard Ziesemer Schmitz****ELES TÊM AS MÃOS LIVRES, MAS FINGEM FAZER CÁLCULOS – A LEGITIMIDADE DO RACIOCÍNIO INFERENCIAL PROBATÓRIO ..277**

Introdução.....	277
1 Introdução: Não confundamos racionalidade com bondade – o valor limitado dos critérios decisórios objetivos	277
2 Escolhendo hipótesesa experiência pode criar conhecimento objetivo?.....	281
3 O metadiscurso dos movimentos racionais – a inferência para a melhor explicação.....	285
4 Como lidar com inferências e presunções na prática judiciária	291

5 Conclusão – enfim, os critérios objetivos propostos	295
Referências Bibliográficas	297

CAPITULO14

Marcelo Mazzola

Lufs Manoel Borges do Vale

EM BUSCA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A DELIMITAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS QUANTITATIVA/QUALITATIVA NOS TRIBUNAIS.303

Introdução	303
1 Formas de deliberação no âmbito dos Tribunais. Modelo <i>seriatim</i> x modelo <i>per curiam</i>	305
2 Sistemas de resolução das divergências quantitativa e qualitativa.....	307
3 Panorama da resolução de divergências nos tribunais do país: em busca da solução do impasse	311
4 O problema da dispersão de votos e a dificuldade de formação adequada de padrões decisórios vinculantes: O STJ é um exemplo a ser seguido?	314
5 Proposta de reforma do CPC/15: em busca de uma real colegialidade....	318
Conclusão.....	319
Referências Bibliográficas	319

CAPÍTULO15

Márcio Carvalho Faria

O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NA BUSCA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS UMA TENTATIVA DE RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES AINDA EM ABERTO ACERCA DA MORATÓRIA EXECUTIVA.....323

Introdução: aspectos gerais sobre a moratória executiva	323
1 Em busca de critérios objetivos acerca de alguns pontos (ainda) sensíveis sobre a moratória	327
1.1 Cabimento	327
1.2 O prazo para a manifestação do exequente	332
1.3 A consequência da (não) manifestação do exequente.....	333
1.3.1 O executado cumpriu todos os requisitos do parcelamento.....	334
1.3.2 O executado deixou de cumprir algum requisito legal, mas o exequente não se manifestou tempestivamente.....	334
1.3.3 O executado deixou de cumprir algum requisito legal, mas o exequente expressamente anuiu com o parcelamento requerido.....	335
2 O filtro da lealdade processual à moratória	336
2.1 O controle dos requisitos objetivos da moratória e a lealdade processual: o indispensável rechaço ao abuso de direito	337
2.2 A vedação (?) à oposição de embargos ao executado que deseja parcelar	

seu débito: a (im)possibilidade de reconhecimento parcial	341
Conclusão: os critérios objetivos propostos	349
Referências Bibliográficas.....	350

CAPÍTULO 16

José Tadeu Neves Xavier

Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha

A APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA TESE JURÍDICA, FIXADA NO JULGAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR), NA ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..355

<u>Introdução</u>	355
1 Definição do incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR...	357
2 Natureza jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas	358
3 Efeitos da decisão do julgamento do incidente de resolução de demandas repet.....	361
Conclusão	368
Referências Bibliográficas.....	369

CAPÍTULO 17

Rafael Caselli Pereira

A MULTA JUDICIAL (ASTREINTE): CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA PARA FIXAÇÃO E MODULAÇÃO DO *QUANTUM* ALCANÇADO373

Introdução	373
1 O dever de fundamentação analítica e qualificada disposto no § 1º, do art. 489, do CPC/2015, e a necessidade da resposta motivada ao caso concreto..	376
2 O debate travado pela jurisprudência do STJ sobre os parâmetros para fixação ação das astreintes	380
3 Critérios objetivos para o momento de <i>fixação</i> da multa	386
4 Critérios objetivos para <i>modulação</i> do <i>quantum</i> consolidado	391
Conclusão	393
Referências Bibliográficas.....	395

CAPÍTULO 18

Ravi Peixoto

UMA INTRODUÇÃO AOS STANDARDS PROBATÓRIOS: A INTRODUÇÃO DE MAIS UM ELEMENTO DE OBJETIVAÇÃO NO O RACIOCÍNIO PROBATÓRIO
 399 |

Introdução	399
------------------	-----

1 Conceito de estândar probatório	401
2 A adequada inserção dos <i>standards</i> probatórios no procedimento probatório.....	403
3 <i>Standards</i> de prova e ônus da prova.....	404
4 Valoração da prova e estândar de prova	405
5 Funções dos <i>standards</i> de prova.....	408
6 Natureza jurídica do <i>standard</i> probatório	410
7 O momento da decisão sobre os <i>standards</i> a serem exigidos no processo.	411
8 A quem cabe definir os <i>standards</i> em cada ordenamento jurídico.....	412
9 A epistemologia e a sua função na fixação dos estândares probatórios	413
9.1 Os estândares probatórios auxiliam no processo decisório e podem ser fixados de forma objetiva? Uma análise crítica da doutrina.....	416
9.2 Os <i>standards</i> probatórios e a alteração dos julgamentos: a sua atuação na dinâmica dos julgamentos dos fatos.....	419
Conclusão	423
Referências Bibliográficas.....	423

CAPÍTULO 19

Rodrigo Frantz Becker

Teresa Raquel Figueredo da Silva

O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO

In.trodução	429
1 O incidente de assunção de competência como instrumento de prevenção à divergência jurisprudencial.....	431
1.1 O IAC no sistema de precedentes brasileiro	431
1.2 Questões procedimentais do IAC	435
1.3 O IAC como mecanismo de estabilização da jurisprudência	439
2 Reclamação como indicativo da força vinculante do IAC.....	442
2.1 Evolução do cabimento da reclamação no STJ	442
2.2 Reclamação para garantir a aplicação do IAC	445
Conclusão.....	447
Referências Bibliográficas.....	448

CAPÍTULO 20

Rodrigo Mazzei

Deborah Azevedo Freire

NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE: CRITÉRIOS PARA (INTERPRETAR) E APLICAR O ART. 617 DO CPC

Introdução.....	453
-----------------	-----

1 Perfil do inventariante: análise para preenchimento do art. 617	455
2 O aumento das áreas de conflitos de interesses entre os legitimados à inventariança como decorrência do direito material atual.....	460
3 A indispensável análise da capacidade do inventariante para o exercício da administração do patrimônio hereditário.....	463
4 A natureza residual do rol de referência do artigo 617	465
5 Rol de referência para a nomeação adjudicada do inventariante.....	467
6 A importância da inventariança dativa no quadro atual.....	474
Conclusão	477
Referências Bibliográficas.....	478

CAPÍTULO 21

Rogéria Dotti

OS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DA EVIDÊNCIA: QUANDO E POR QUE ANTECIPAR SEM URGÊNCIA?.....	481
Introdução: A tutela provisória não se limita à urgência: o visível e o invisível.....	481
1 Tutela da evidência e o <i>dever de antecipar a tempo</i>	483
2 Como aferir objetivamente o abuso do direito de defesa?.....	485
3 A prova documental apta a autorizar a tutela da evidência	491
4 Qual o <i>standard</i> da prova?	492
5 Afinal, se não há urgência, por que antecipar?	493
Conclusão	494
Referências Bibliográficas.....	496

CAPÍTULO 22

Taís Schilling Ferraz

DESAFIOS NA DETERMINAÇÃO DO ALCANCE DE UM PRECEDENTE: CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA UMA OPERAÇÃO MUITO ALÉM DA ANALOGIA	499
Introdução.....	499
1 O alcance de um Precedente na densificação de conceitos e princípios.....	500
2 Determinando o alcance material de um precedente	503
3 A importante perspectiva temporal.....	508
4 Particularidades na determinação do alcance do Precedente Brasileiro.....	511
Conclusão	513
Referências Bibliográficas.....	515

CAPÍTULO 23**Vitor de Paula Ramos**

NOVOS DEBATES SOBRE O “ÔNUS” DA PROVA. ACORDOS E DESACORDOS ENTRE A DOCTRINA SOBRE O TEMA.....	517
Introdução.....	517
1 As ideias que defendi em “Ônus da Prova no Processo Civil”.....	518
2 Novas propostas da doutrina.....	522
2.1 Jordi Nieva Fenoll.....	522
2.2 Jordi Ferrer Beltrán.....	525
2.3 Leandro Giannini.....	528
2.4 Daniel Mitidiero.....	532
3 Como seguir?.....	535
Conclusões.....	536
Referências Bibliográficas.....	536

CAPÍTULO 24**William Santos Ferreira**

CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA MÁXIMA EFICIÊNCIA NOS 6 (SEIS) MOMENTOS DA PROVA: REQUERIMENTO, DEFERIMENTO OU DETERMINAÇÃO, PRODUÇÃO, VALORAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E ÔNUS DA PROVA.....	539
Introdução.....	539
1 A relação entre os momentos da prova, a prova do fato, fato notório, indícios, presunções, máximas da experiência e ônus da prova.....	541
2 Proposição da prova (momento 1).....	542
3 Deferimento ou de terminação da prova (momento 2).....	544
4 Produção da prova (momento 3).....	549
5 Julgamento de Mérito: Valoração da prova (momento 4), Fundamentação em relação à questão fática (momento 5) e Ônus da prova (momento 6).....	551
Conclusões.....	558
Referências.....	559